



Anais da Assembleia

Nº 24

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 30.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1977.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Sampaio.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Ernesto Dal'Oglia, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo e Wilson Fortes. (13)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 138/76, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo. —

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 138/75.

Levanta-se a sessão.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 31.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Ernesto Dal'Oglia, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo e Wilson Fortes. (13).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está em discussão a ata.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para discutir a ata.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, requeiro que conste da ata uma alteração, porquanto na parte que se refere ao pronunciamento do Deputado Dácio Leonel, consta que ele teria respondido ao pronunciamento do Deputado Nilso Sguarezi.

Efetivamente refere-se ao nosso pronunciamento. Porém, em nenhum instante, citou nosso nome.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência registra as observações do Deputado Nilso Sguarezi e determina que se faça a correção necessária na ata da presente sessão.

Continua em discussão a ata. (Pausa) Como ninguém deseja discutí-la, declaro-a aprovada.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procederá à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem a Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor AFONSO RODOLFO VOSS que exercia as funções de Gerente da SAMARCO S/A - Agência Marítima e Comercial, sendo o mesmo, pessoa influente nos meios comerciais e sociais na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977.

(aa) EDILSON ALENCAR e NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei número 12/77.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário, para autorizar transcrição de editorial do "O Estado de São Paulo", edição de domingo último, conforme leitura efetuada da tribuna do Plenário.

Que da decisão, comunique-se aquele órgão de imprensa.

Curitiba, em 29 de março de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que registre nos Anais da Casa, em sua íntegra, a "Carta Aberta", da Associação de Professores Paranaenses.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. General Adalberto Massa, DD. Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pleiteando a instalação em Paranaguá, de uma sub-sede dessa Delegacia, atendendo reivindicação formulada pela Câmara Municipal de Paranaguá, visando um melhor atendimento e assistência ao trabalhador daquele município, conforme os termos dos ofícios anexos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Ilmo. Sr. Vereador Nazareno Antônio Vilarinho e ao Vereador Pedro Claro Chaves, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977.

(a) ACCIOLY NETO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado no final assinado, usando das suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado pedido de informações ao Governo do Estado, através do órgão de direito, a saber:

- 1) Quantos aviões possui o Governo do Estado?
- 2) Quais as suas especificações (tipo, marca, consumo/hora)?
- 3) Quantas horas/vôo, cada avião do Governo do Estado trabalha por mês?
- 4) Qual a idade de cada aparelho?
- 5) Quantos pilotos possui o Governo do Estado?
- 6) Qual o vencimento mensal dos mesmos?
- 7) Quantas horas/vôo é destinada a cada piloto por mês?
- 8) A quanto monta a despesa mensal dos aviões quando em terra?
- 9) Qual a despesa total com estas aeronaves mensalmente?
- 10) Quanto dispendia o Governo do Estado por km/voo em seus aviões?
- 11) Pretende o Governo do Estado comprar mais aparelhos ou renovar sua frota?
- 12) Não seria recomendável, a alienação da frota governamental da aeronave, mantido apenas o aparelho oficial do Governador, utilizando os demais componentes do governo, às linhas regulares da aviação ou às empresas particulares de Táxi-Aéreo?

Sala das Sessões, em 28 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Ultimamente, principalmente após as determinações do Governo Central, visando a diminuição do consumo de derivados de petróleo, podemos sentir a reação da população brasileira, engajando-se a campanha, provocando uma real diminuição em tal consumo.

O Governo do Estado do Paraná, através - veículos de comunicação - também enceta campanha, objetivando colaborar com as recentes medidas do Governo Central.

Entre as medidas propostas pelos Ministros da área econômica, publicadas em toda a imprensa do País em 14 de janeiro pp., encontramos uma recomendação expressa de que as entidades que possuem aeronaves executivas "somente as utilizarão em casos essenciais e de urgência, devendo as demais eventualidades, utilizar as empresas comerciais de transporte aéreo".

Observada essa orientação, verificar-se-á se a média de utilização das aeronaves justifica mantê-las ou se será o caso de alienação.

É portanto, justo, que esta Casa alcance junto ao Governo do Estado as informações aqui requeridas, para que assim, possamos acompanhar de perto o desenvolvimento de medidas que venham efetivamente atender os mais altos interesses nacionais, conforme as determinações do Governo Central.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, enfatizando a necessidade de imediata construção de ramais ferroviários ligando o município de Campo Mourão ao de Maringá e ao de Cascavel.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão de ramais ferroviários no programa de construção de ferrovias do Governo Federal ligando o município de Campo Mourão ao de Maringá e ao de Cascavel é uma das mais importantes aspirações das classes produtoras daquela região.

Tal medida já foi pleiteada pela COAMO, Cooperativa

Agropecuária de Campo Mourão em memorial entregue ao Ministro Dirceu Nogueira, dos Transportes, quando de sua visita àquele município ainda em 1975, na qual se salientava a presença de ferrovias para facilidade do escoamento da produção agrícola e o barateamento dos transportes.

Preocupando-se com a situação, o Vereador José Pedroso Fabri, da edilidade mourãoense teve requerimento nesse mesmo sentido aprovado pela Câmara de Vereadores de seu município.

Por se tratar de anseio de vasta e das mais produtivas regiões do Paraná, é justo que também esta Assembléia patrocine esta causa, intercedendo junto ao titular da Pasta dos Transportes para que o mesmo devota atenção ao que lhe tem sido pedido com insistência e com justiça.

Nesta oportunidade, irmano-me aos protestos gerados pela inexplicável atitude do Governo Federal na adoção do confisco cambial da soja, mas, levando-se em conta que o mesmo, apesar de, segundo palavras do Vereador José Pedroso Fabri, que calcula que para a presente safra, estimada em 200 mil toneladas equivalente a 650 milhões de cruzeiros, o confisco gerará aos cofres da União um "lucro" de 45 milhões e 500 mil cruzeiros.

Cumpre sugerir ao Ministro dos Transportes a aplicação desses recursos em benefício da própria região que os gerou e o que poderá ser realizado, através do atendimento à presente proposição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao titular da Pasta dos Transportes do Governo do Estado, reivindicando a construção de via de acesso para ligação do município de Cruzeiro do Sul à Rodovia Nova Esperança-Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

Apenas pouco mais de 1.000 metros separam a sede do município de Cruzeiro do Sul do traçado da Rodovia Nova Esperança-Santo Inácio.

Entretanto, é de suma importância que a Secretaria dos Transportes programe a pavimentação desse pequeno percurso.

Tal medida irá de encontro às aspirações da municipalidade e principalmente das classes produtoras, pois condicionará segurança e rapidez para o transporte de mercadorias e para a locomoção de seus habitantes.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade da implantação de pavimentação do percurso rodoviário de AMAPORÁ-PLANALINA DO PARANÁ-SANTA ISABEL DO IVAÍ-SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

Através da Imprensa, tomamos conhecimento do plano do Governo do Estado para construção de rodovias pavimentadas para ser executado nos próximos dois anos.

Concretizado, diversas regiões paranaenses serão sensivelmente beneficiadas, entre as quais, o pujante Noroeste do

Paraná.

Entretanto, causou-nos surpresa a não inclusão do percurso que interliga os municípios de AMAPORÁ-PLANALINA DO PARANÁ-SANTA ISABEL DO IVAÍ-SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO no referido projeto, se bem que o mesmo é de pequena extensão, pouco ultrapassando a casa dos cinquenta quilômetros, mas que é de vital importância para a continuidade do desenvolvimento dessas comunas.

Por diversas vezes já nos dirigimos à Secretaria dos Transportes, através desta Casa, enfatizando a necessidade dessa medida.

Recentemente, a Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, aprovou proposição apresentada pelo ilustre Prefeito Lauro Sirena, de Planaltina do Paraná, consubstanciada no mesmo objetivo e com adendo do Prefeito Eduardo Otto, de Santa Isabel do Ivaí, pleiteando a ligação de seu município ao de Santa Cruz do Monte Castelo.

Urge, então, que o Governo Estadual revise seus propósitos e proceda a inclusão do acima exposto e pleiteado, o que evitará o isolamento das comunas reivindicantes com enormes prejuízos para o desenvolvimento das mesmas.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, requer na forma regimental, após ouvir o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador Jayme Canet Júnior, contendo VOTO DE DESGOSTO desta Casa pela construção da ESTRADA "ENGENHEIRO BELTRÃO-BARBOSA FERRAZ, inaugurada a pouco mais de 30 dias.

Por mais abomináveis que sejam os adjetivos que aqui façamos uso para demonstrar realmente o vergonhoso serviço executado pela Secretaria dos Transportes na construção dessa estrada, não conseguiremos atingir a 50 por cento do que seja.

A realidade é que aquela obra se constitui em ato administrativo criminoso, pois em vez de beneficiar uma região exuberante, compreendendo uma área de aproximadamente 75 mil alqueires que seria atendida diretamente e, de forma indireta outros 150 mil alqueires de pequenas e médias propriedades agrícolas, cuja produção é permanente e crescente.

Se fez exatamente o contrário: abriu-se a estrada, fizeram as pontes, ralizaram o empedramento, mas de forma tão irresponsável e vil, que o tráfego é impraticável.

Quem se arrisca a usar a "nova" estrada, geralmente deixa pedaços do veículo pelo trajeto, ou o carro inteiro.

A estrada Engenheiro Beltrão-Barbosa Ferraz, corta também os municípios de Quinta do Sol e Fênix, ligando-os em linha reta à Rodovia Maringá-Campo Mourão.

Tem pouco mais de 50 quilômetros de extensão. Constitui-se em antigüíssima reivindicação regional a sua construção e asfaltamento.

Por uma séire de fatores ela possui situação prioritária superior a algumas rodovias que já estão sendo asfaltadas pelo Governo Canet Júnior.

Porque essa inversão de valores? — Politicagem ou desorganização da Pasta responsável?

A verdade é que a população local está revoltada, e isto nós confirmamos no último domingo quando estivemos à serviço na cidade de Barbosa Ferraz e Fênix.

Requer-se uma solução de emergência, pois a região não pode ficar com sua principal via de escoamento interdita.

Exige-se que a Secretaria dos Transportes envie imediatamente técnicos para proceder vistoria na estrada e projetar imediata recuperação, que acreditamos, somente definirá o equacionamento com o asfaltamento, nem que seja o de "baixo-custo".

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977.

VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino (PAUSA).

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estarrecidos, lemos, na última segunda-feira, nos jornais da Capital, a exortação do Sr. Governador no sentido de que seus partidários deixassem — a expressão é dele — deixassem de acompanhar as palavras da Oposição e passassem a defender as medidas adotadas pelo Governo Federal, com relação à agricultura de nosso País.

Estarrecidos, porque neste Paraná que é um deserto de lideranças, neste Paraná os homens que ocupam cargos mais importantes se esquecem do Estado.

Está aí o Ministro da Educação a esquecer da federalização das universidades paranaenses, não imitando o antigo Ministro da Educação, Tarso Dutra que, durante sua gestão, federalizou 5 ou 6 universidades do Rio Grande do Sul.

Age, nosso Ministro, com medo de desagradar os poderosos da Nação, nada faz pelo Paraná.

Mas, o mais importante é que o Governador, deixando de governar, e se vestindo da capa de Interventor — o que, hoje, na realidade é — vem solicitar a seus partidários que não gritem, como muitos têm feito, contra o confisco que vai tirar deste Estado parte de seu suor, parte da produção que aqui se fez.

E ele pede a seus partidários que não gritem contra essas medidas.

Mas, foi de uma infelicidade típica de interventor, porque esqueceu que, a seu lado, vice-Presidente do seu Partido, está um homem de estatura de Mário Stadler de Souza, que tem sido, neste Paraná, uma voz isolada no sentido de defender a agricultura paranaense.

Esqueceu o Sr. Interventor que Mário Stadler de Souza é Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, e foi sua a primeira voz a se levantar contra o preço esdrúxulo que se fixou para o trigo, e contra o confisco que se fez ao soja.

Esqueceu o Sr. Interventor deste Estado que precisa ser mais Governador e menos interventor, defender mais o Estado e menos as coisas do poder que lhe é delegado.

Precisamos de um governador, neste Estado, que defenda os nossos interesses e não de um interventor.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso protesto, neste momento, pela maneira como foi tratado o Sr. Presidente da Federação da Agricultura do Paraná que, além de ocupar essa Presidência, é também vice-Presidente do Partido do Governador.

Nesta oportunidade, em nome da região que representamos, que é uma região agrícola, externamos, um voto de encorajamento pela atitude que o Sr. Mário Stadler de Souza tem tido neste Estado, com relação a agricultura, fato esse pouco comum neste Estado sem lideranças.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apesar de toda a chuva que desaba, copiosamente neste Estado, a SANEPAR não tem feito, de maneira eficiente, a captação suficiente para saciar a sede paranaense.

Curitiba apesar de ter um clima propício a esse sistema de abastecimento, continua como Paris, como a França, impe-

dindo até a higiene pessoal, por falta de água.

Já não se sabe mais se essa confusão administrativa, essa incapacidade de dirigir a coisa pública é uma questão da época.

Há poucos dias, vi uma chacota que achei oportuna, a respeito de uma invenção tecnológica: inventaram uma água cuja substância foi convertida, por alquimia, a pó.

Só que, lamentavelmente, para desgosto da SANEPAR, para hidratar a água era preciso água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A falta de água, a falta de leite, a má alimentação aflige a Nação brasileira e, de modo especial, o Paraná.

Vivemos dias difíceis.

Esta falta de leite, esta falta de água ocasiona a desnutrição no Paraná.

As frutas e verduras desapareceram das vendas e aquelas que existem oferecem perigo à saúde por estarem verdes ou podres, por armazenamento excessivo.

Com a escassez de legumes e frutos, suas vendas são procedidas através de ingredientes em pequenos invólucros de plástico ou pequenas redes contendo quantidade determinada desses produtos, sendo que, nessa mistura, parte deles já se apresenta deteriorada ou ainda verde.

E fazem ao arrepio de toda a força que tem esta SUNAB.

O leite, segundo o Governo, baixou o preço, mas, na realidade, apenas baixou na qualidade e com os 2 por cento de gordura que foi diminuído, já se tornou deficiente para a alimentação de nosso povo que está impotente por lhe faltar o poder aquisitivo de ter acesso a este alimento, o mais elementar.

Sendo básico alimento, é necessário recorrer ao leite em pó.

Por isto, é necessário ter em casa, água de boa qualidade, para hidratá-lo, para destemperá-lo.

Acontece que quase não existe este líquido precioso em Curitiba e na maioria deste Estado do Paraná.

Segundo denúncias diárias dos nossos jornais, a SANEPAR não está dando conta da sua obrigação de fornecer este precioso líquido.

E aliás, é curioso, já que se discute a Constituição, a Constituição prevaleceria isto porque, acima dela vem o Ato Constitucional.

É motivo não só de desalento mas de humor nesta Capital, novas denúncias de bares e vendedores ambulantes, que dada a falta de água, estariam usando os repuxos das praças para a limpeza de louça e para suprirem as suas necessidades.

Ao mesmo tempo, em pesquisa realizada nos nossos hospitais, aparece a causa do elevado índice de desidratação, "a desnutrição".

Leite caro e de péssima qualidade que está sendo sonogado apesar das afirmativas em contrário desta etérea SUNAB.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Esta Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que V. Exa. dispunha já se esgotou e lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Sr. Presidente, embora lamentando o curto espaço.

O pão é caro e não existe em lugar nenhum, aquele que é também o alimento básico.

A população tem que ir se acostumando a não comer mais.

Estamos em regime de recessão econômica.

Segundo os três Ministros, as frutas e legumes já se transformaram em artigos de luxo e estão sendo vendidos caros e podres.

A água de Curitiba, o Governo, há poucos anos, para justificar a vultosa soma invertida neste setor, anunciou que

teríamos água até o ano 2.000.

Talvez fosse um erro de português, "só no ano 2.000".

Certamente estava se referindo às chuvas que caem constantemente aqui na cidade.

Enquanto isto, o que acontece?

Os salários permanecem os mesmos e foi instituída, através de vários artifícios, agiotagem oficial, com uma tentativa da colocação das "simonetas", assim apeladas pelo povo que, certamente, ainda não se esqueceu das "filipetas" e com o jogo do retardamento do aumento do funcionalismo público que propicia a retenção de juros que dariam para construir uma estrada ligando Cafelândia D'Oeste à BR 369, que tanto temos pedido sem sermos ouvidos.

E, é bom lembrar a SANEPAR que é in ana, que Cascavel também está morrendo de sede.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há uma premissa incontestável:— Aguenta-se a violência de uma determinação por um determinado tempo.

Entretanto, jamais, se aguenta por um tempo todo, a violência determinativa.

A Associação Paranaense dos Professores, encaminhou de forma dirigida, carta aberta, às autoridades do Paraná e, certamente às mais responsáveis pelo sacrifício que essa classe tem sido submetida durante mais de um decênio, correndo o risco de sofrer a imposição de violência.

Mas, sem ter resistência mais para continuar calada diante do estado de coisas que transformou o professor deste Estado, no pior proletário desta Nação; correndo este risco, eles tiveram a coragem e tiveram, acima de tudo, o civismo de enviar aos responsáveis pelo estado de coisas de um desgoverno, a carta aberta que me permito ler, nesta oportunidade e deste Parlamento:— (LÊ):

"Mais um ano letivo se inicia.

Nós, professores, reencontramos, além do quadro negro que é nosso material de trabalho, um quadro muito mais amplo e muito mais negro, que é a situação da educação brasileira.

E por mais que nos esforcemos, não conseguimos ver, nas atitudes de nossos dirigentes, uma maior preocupação em evitar o caos que se implanta no setor educacional.

A história nos mostra que a educação é a única alavanca capaz de guindar o povo da condição de ignorante servil, à condição de participante e desenvolvido.

Isto só se consegue colocando a educação como setor prioritário de investimento e de preocupação.

Mas o que vemos em nosso país é a redução sistemática das verbas orçamentárias destinadas à educação seja a nível federal, seja a nível estadual.

Essas reduções se traduzem em achatamento do salário do professor que vem tendo reajustes sempre inferiores aos índices inflacionários.

Através dessa fórmula o poder aquisitivo do professorado paranaense foi reduzido pela metade só nos últimos oito anos.

A partir de 1973, o Estado, visando economizar mais na educação, transferiu grande parte da manutenção das escolas aos alunos através do pagamento de taxas, às associações de pais e mestres e aos professores que se vêem obrigados a realizar rifas, festas e promoções.

Hoje, a crise econômica por que passa o país é utilizada para justificar a contenção de verbas à educação e o conseqüente achatamento do salário do professor, porém, nós, que não fomos beneficiários do milagre econômico, não podemos arcar com o ônus da crise.

Ao mesmo tempo em que nossos salários chegam a níveis vergonhosos, principalmente o do professor primário, somos atingidos por uma legislação estapafúrdia que a cada dia se altera e se contradiz, primando sempre por desrespeitar nossos mais elementares direitos: é o Estatuto do Magistério vetado naquilo que trazia de bom à classe e à educação; é o Decreto 1495 despedindo milhares de professores e obrigando os demais a uma carga horária desumana; é a Estabilidade, acenada como tardia justiça, sendo postergada e indeferida à maioria dos requerentes; é uma recente norma regulamentando o desconto de faltas, visando reduzir ainda mais o humilhante salário do professor primário; são as recuperações, fórmula mágica de engordar estatísticas, procurando consertar em poucos dias as falhas de todo um ano letivo; são os professores suplementaristas sem FGTS, sem décimo terceiro salário, sem repouso semanal remunerado, admitidos ilegalmente; são os professores primários e do MOBRAF percebendo salários abaixo do salário mínimo; é a Resolução 30 relegando a Ciência e a Pesquisa a papéis secundários; é a polivalência obrigando professores a lecionar disciplinas para as quais não foram preparados; é o ensino particular de primeiro e segundos graus se avolumando e explorando alunos e professores; é o ensino pago transformando nossas universidades em reduto de uma minoria; é a instabilidade que priva o professor das mínimas condições de segurança e tranquilidade, indispensáveis ao exercício da profissão; é a politicagem imperando em todos os níveis da educação, reduzindo as escolas a feudos de caciques políticos.

As conseqüências dessa situação são visíveis em toda a parte: os cursos de formação de professores de primeiro grau (professor primário) já não encontram interessados; a presença maciça de professores em concursos públicos (Banco do Brasil, Banco Central, Escrivão de Polícia, e outros); os cursos de Ciências Humanas se esvaziando; o grande número de professores que abandonam a carreira, através da licença ou definitivamente; os professores obrigados a recorrer a outras atividades, após os períodos de aula, para complementar o salário; a escola se deteriorando física e estruturalmente; a reforma de ensino deturpada em sua aplicação; e, enfim, é o nível de ensino relegado ao seu mais baixo grau.

Grande é pois o caos na educação, temos o direito e o dever de lutar pela redenção da educação, pois ela diz respeito e afeta todos os cidadãos.

Não podemos silenciar diante da insensibilidade do Sr. Governador do Estado às muitas reivindicações, já a ele, por nós encaminhadas.

Daí porque conclamamos a todos, pais, alunos, indivíduos ou entidades para se solidarizarem conosco numa luta conjunta pelas reivindicações abaixo, que são, acima de tudo, aspirações por uma educação digna, que venha ao encontro dos interesses do nosso povo:

- 1 Que a educação assuma papel prioritário e se torne um investimento.
- 2 Pela aprovação de um Estatuto digno, sem os vetos do Governador.
- 3 Para que o Estado reassuma seu papel de mantenedor das escolas.
- 4 Pela readequação do salário do professor primário.
- 5 Por um reajuste de 100 por cento para os demais professores.
- 6 Pela instituição da permanência remunerada e condigna.

Enfim, reivindicamos nosso direito de participar, cujo impedimento levou a educação ao estágio atual.

Nos arrogamos o direito de decidir sobre a educação.

Pois assim como os médicos são os que melhor entendem de medicina; os pecuaristas os que melhor entendem de gado; os engenheiros os que melhor entendem de engenharia, nós,

professores, somos os que melhor entendemos de educação e sobre ela devemos decidir.

Pela Assembléia Extraordinária Conjunta da Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) e da Associação dos Professores do Paraná (APP), realizada em Londrina, no dia 26.2.77.

Prof. Argemiro Aluísio Karling, Presidente da APLP
Prof. Rubem de Oliveira, Presidente da APP."

Sr. Presidente, esta é a Carta Aberta, um verdadeiro libelo contra os responsáveis por esta Nação e por este Estado, de uma classe que representa, acima de tudo, a glória e o crescimento de uma Nação, porque é a expressão da cultura.

Uma Nação que não tem cultura está postergada a descer aos pés das mais desenvolvidas do planeta terrestre.

Eu peço entretanto, que esta Carta Aberta, libelo contra os governantes da Nação e deste Estado, seja transcrita nos Anais desta Casa, para que a posteridade veja o sofrimento de uma das classes mais laboriosas deste País.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador). (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem por dever, ler o que estatui o artigo 119, do Regimento Interno, da Assembléia Legislativa do Estado. (LÊ):

"Qualquer pessoa poderá assistir as sessões das galerias, contanto que esteja desarmada, e guarde o maior silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

A Presidência tem certeza que pode contar com a colaboração do esclarecido público que honra este Poder, assistindo esta Sessão Plenária.

A Presidência tem a honra de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Antônio Francisco Muniz, DD. Prefeito Municipal de Santa Helena, que se faz acompanhar do Sr. Vereador Hugo Santin, Presidente da Câmara Municipal daquele município, do Sr. Arnaldo Weisheimer e dos Srs. Vereadores José Alves Cabral, Dr. José Alferes Neto e do Sr. Argílio de Oliveira, Presidente do Diretório da ARENA, daquele município.

Também com satisfação, a Presidência registra a presença no Plenário, do Sr. Koite Dodo, Prefeito Municipal de Assis Chateaubriand, que se faz acompanhar pelo seu assessor Paulo Alves.

Da mesma forma que registra com satisfação a presença do Sr. Raul Pedroso, DD. Presidente da Câmara Municipal de S. Jerônimo da Serra.

Com a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje, o Congresso Nacional inicia a apreciação do projeto de reforma do Poder Judiciário.

Como é público e notório, o MDB fechou questão pela não aprovação do projeto.

Desejo transcrever nos Anais desta Assembléia, um documento que não é do MDB, mas da imprensa abalizada desta Nação, que em editorial do último domingo, através do "O Estado de S. Paulo", faz as seguintes considerações: (LÊ):

"O Processo e suas regras.

Não existe mais processo legislativo no País.

E o Poder que a Constituição assim denomina é uma ficção ou uma contradição: Um poder destituído da própria competência.

É a conclusão que se tira das declarações do líder José Bonifácio, ao considerar uma provocação, um desafio e "uma falta de patriotismo para satisfazer caprichos, vaidades e vedetismo junto ao eleitorado", a decisão do Diretório Nacional do MDB, fechando questão contra a aprovação do projeto de reforma do Judiciário.

O Sr. José Bonifácio põe suas delícias em radicalizar.

É questão de gosto pessoal, não no papel que lhe cabe como líder, nem de conveniência do regime.

Mas vai longe demais quando passa da radicalização à mistificação e trata como intransigência o exercício de uma capacidade ou de uma competência.

Repete a fábula do lobo e do cordeiro: quer criar o impasse, mas precisa da culpa de quem tem estado sempre atuante nas atuais correntes de poder.

Não o conseguirá, porém, sem fazer mofa do Poder a que pertence e do mandato que recebeu.

Piada de péssimo gosto.

A história do projeto dissipa qualquer mistificação.

E situa bem a intransigência — sua fonte e seu curso.

Ela se inicia com o chamado "diagnóstico da Justiça brasileira", elaborado por uma comissão de magistrados do Supremo Tribunal Federal, a partir de relatórios e sugestões apresentados pelos vários tribunais, existentes no País, pelo Ministério Público e pelas associações que congregam a classe dos advogados.

O sentido da reforma, porém, ficou logo perceptível, com os pronunciamentos públicos dos autores últimos do "diagnóstico": as linhas convergiam para uma centralização maior das decisões, a serem comandadas pelo Supremo Tribunal Federal, não se admitindo quaisquer sugestões que atenuassem a minimização do poder dos judiciários estaduais.

Comprometia-se portanto, de saída, o regime federativo, tal como se encontra qualificado na Carta Constitucional de 1969.

As emendas propriamente ditas, que possibilitariam a reforma da estrutura judiciária do País, foram tratadas como segredo de Estado.

E seu teor ficou conhecido depois do furo de reportagem desta folha, que as publicou sob surpresa geral.

Confirmaram-se aí, os temores dos tribunais e do mundo jurídico em geral: sobre ser uma reforma apenas de cúpula e a pretexto de conferir nova organicidade às justiças estaduais, as emendas pecavam pelo vício de inconstitucionalidade, por tendentes à abolição do regime federativo.

A mensagem governamental cria um Conselho Federal de Justiça composto de Ministros do Supremo Tribunal Federal, para exercer vigilância correcional sobre os Poderes Judiciários dos Estados, retirando-lhes assim o pouco de autonomia que lhes restava.

Prevê também a edição de uma Lei Orgânica da Magistratura Nacional e a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal avocar quaisquer causas, em quaisquer instâncias, de todo o território do País.

Tanto bastava para que a matéria sequer pudesse ser objeto de consideração, nos termos da Constituição vigente.

E Legislativo algum, ou grupo de legisladores pode ser acusado de intransigência, quando se põe em jogo um preceito expresso da Constituição.

Não pararam, entretanto, os desacertos das emendas nesse acúmulo desmesurado de atribuições dadas ao Supremo, uma Corte já em colapso pelo excesso de trabalho.

Extinguem-se os Tribunais de Alçada, onde existentes, agregando-os, os tribunais de justiça, para o efeito, talvez, de se obter um tribunal gigante: em S. Paulo se chegaria à casa dos 114 Juízes.

O Tribunal Pleno, expressão máxima do Poder Judiciário, deixa de existir como tal, pulverizado em seções que elegem representantes para a cúpula dirigente.

Aí os vícios para nada dizer das omissões: nenhuma palavra sobre a volta dos predicamentos dos juizes, sobre a restauração do "habeas corpus" para crimes políticos; silêncio total sobre o Ministério Público e sobre o terceiro pé do tripé da Justiça, constituído pela classe dos advogados.

Emendas intrinsecamente inaceitáveis impõem ao patrio-

tismo de todos, o repúdio, a rejeição. Impatriótico seria, sim, fazer pesar mais em balança de juízo o fator extrínseco de terem sido introduzidas por iniciativa do Executivo.

Por isso, foram rejeitadas com impressionante unanimidade por tribunais, pelo Ministério Público, pela Ordem dos Advogados do Brasil e outras entidades da classe, por juristas em geral — como se viu ainda há pouco, com o pronunciamento dos professores da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo.

Com alguma sensibilidade, o relator, Senador Accioly Filho, buscou modificações que pudessem dourar a pílula.

Mas o substitutivo que ofereceu, embora resguardando todo o essencial da mensagem presidencial, não foi aceito pelo governo, que encarregou a Arena da apresentação de um novo — como convinha ao papel proverbial da ARENA um simples retorno à proposta inicial, dado pelo líder Eurico Rezendo como “definitivo”.

Onde está portanto, a intransigência senão na iniciativa mesmo do projeto, na forma como se tentou subtraí-lo de manifestações da opinião e enfim no próprio descarte da colaboração modesta oferecida pelo Senador-relator?

Quem provoca o impasse, um grupo de deputados que adota atitude coerente com os estatutos do partido, reconhecidos e registrados, ou quem apresentar uma série de emendas à Constituição, vedando simultaneamente sejam elas apreciadas a não ser para aprovação quase automática, sem alteração de uma vírgula sequer?

O processo legislativo tem suas regras e seus azares; e bem sabe disso quem pode evitá-lo com a edição de um ato institucional.

Se tal alternativa, porém, desgasta o Executivo, não se pode apelar para uma fórmula que liquide com a própria realidade da missão do Legislativo.

Falou-se que a reforma judiciária seria o teste das futuras reformas políticas.

A vingar o modelo, nosso futuro fica cada vez mais longe do que se anda a chamar de vontade nacional”.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, quinto orador inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se V. Exa., sr. Presidente, cumpriu o que estatui o Regimento Interno desta Casa, e o assunto que me traz à tribuna, nesta tarde não é o problema do Magistério, mas, enquanto V. Exa. lia, por dever de ofício, o art. do Regimento Interno, pensei, na minha cadeira, sobre as palavras do Regimento, colocando-me no lugar do pobre professor paranaense.

E diz o Regimento, Sr. Presidente: “que não se pode assistir às sessões deste Poder, sem estar desarmado, e se manifestando”.

Lembrei-me Sr. Presidente, vendo o drama por que passa o professor paranaense, das palavras de Cícero: “Quosque tandem Catilina abutere patientia nostra”.

“Até quando Catilina, abusareis da nossa paciência.”

E no aplauso do professor, que não manifesta hoje a alegria, eu substituí para “quosque tandem Jayme Canet abutere patientia nostra”.

Até quando, Jayme Canet, abusareis da paciência destes professores paranaenses?

Porque, Sr. Presidente, tive o desprazer de ler já um impresso, nesta manhã, do Estatuto do Magistério Público do Paraná, feito pela Imprensa Oficial, em dezembro de 1976, com todos os vetos que haveremos de discutir ainda amanhã.

Ainda, há poucos instantes, disse o nobre Deputado

Lúcio Machado, que o Magistério é a classe mais laboriosa da Nação.

São eles os artifícios da personalidade, do amoldamento da consciência de nossos filhos, que, amanhã, haverão de pegar a bandeira de nossas mãos e conduzir este País.

Quer, entretanto, este Governo, que este País, que este Estado, continue sendo um Estado e um país de analfabetos.

Desarmado está o professor pela lei, pelo atendimento do Governo; desarmado pelo salário miserável que recebe.

Mas, o que nos traz à tribuna, nesta tarde, é para dirigir um requerimento ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, vazado nos seguintes termos:

(LÊ):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de oficial com urgência, ao Chefe do Posto de Saúde, da cidade de Goioerê a fim de averiguar as condições dos poços de água potável nas residências do distrito de Quarto Centenário, eis que existe grave denúncia quanto à existência de doenças causadas pelos mesmos, e que colocam em risco a saúde daquela população.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977”.

O Sr. Presidente, encaminhamos à Mesa este requerimento para que com maior urgência possível, a Secretaria de Saúde e Bem Estar-Sical procure sanar esse problema tão grave.

Era só, Sr. Presidente (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, sexto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“O dia de hoje é especialmente significativo aos que vivem em Curitiba, pois comemora-se o 284o. aniversário da fundação da cidade.

Segundo os historiadores, na data histórica de 29 de março do distante ano de 1693, Mateus Leme juntou os habitantes da povoação na Igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais.

E ouvindo os que ali se encontravam, que pediam justiça, “para com isto ver se evitavam os muitos desaforos que nela se faziam”, se promoveu a eleição dos representantes do povo, na pessoa dos Vereadores, do Procurador Geral, do Escrivão da Câmara e de dois Juizes.

Elevavam à categoria de Cidade de Curitiba no ano de 1842; Curitiba passou a ser a Capital da Província no ano de 1853, mais precisamente no dia 29 de agosto, conforme dispôs a Lei número 1 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

À partir de então, notável surto de progresso se verificou sob a liderança de respeitáveis nomes do universo político, econômico, intelectual e social.

Hoje, apesar de ser uma metrópole, Curitiba conserva as características de comunidade regida por elevado espírito de fraternidade tendo a dirigí-la, dinâmica equipe de trabalho.

Em seu último relatório ao Legislativo Municipal, o ilustre Prefeito Saul Raiz acentuou que “1976 foi um ano especialmente profícuo em variados aspectos da administração, mas, de modo especial, no que diz respeito a obras de cunho marcadamente social.

Assim, é com alegria que podemos constatar que neste período o setor educacional do município ganhou um impulso sem precedentes, com a construção, pela Prefeitura, de mais escolas do que as entregues em 20 anos.

Também no que se refere às habitações, foram expressivas as conquistas alcançadas, não apenas do ponto de vista qualitativo, mas no início da implantação de um plano de desfavelamento inédito, no País, como também sob o aspecto de atendi-

mento da infra-estrutura aos conjuntos habitacionais entregues aos usuários.

O plano de atendimento aos bairros teve prosseguimento favorecendo a amplas regiões da cidade, mediante a execução de pavimentação, ensaibramento e valetas em mais de mil quilômetros de vias urbanas, além da conclusão, como parte do programa de proteção ao pedestre, de mais de duzentos quilômetros de calçadas...

O setor de saneamento também registrou um avanço dos mais expressivos com o aceleração das obras de canalização do Rio Belém, tendo em vista equacionar em definitivo e no menor prazo possível o crônico problema das enchentes nas áreas centrais da cidade.

No referente a áreas verdes, novos jardins e praças foram entregues à população e foram dados os primeiros passos efetivos para a implantação do Parque Regional de Iguaçu, encaminhando a cidade para uma posição de invejável liderança no País no que concerne à relação área verde por habitante.

Por fim, cumpre destacar o empenho da consolidação da Cidade Industrial de Curitiba que passa já a contar com a participação imediata, ou a médio prazo, de mais de uma centena de indústrias, muitas das quais de porte internacional.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, jubilosos pela efeméride e, representando...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Esta Presidência lamenta informar a V. Exa., que o tempo que dispunha já se esgotou e concede mais um minuto para concluir.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Concluo, Sr. Presidente.

... representando parcela do povo curitibano, queremos nos congratular com todos aqueles que, direta ou indiretamente, têm dado sua parcela de contribuição para que Curitiba atinja o atual estágio de desenvolvimento, ao tempo em que, renovamos nossa fé de que pela operosidade dos administradores e sob as bênçãos de Deus, alcançaremos, brevemente, o almejado progresso pleno".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Declino, Sr. Presidente, da palavra e solicito a inscrição para o Pequeno Expediente de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência providenciará.

Vo Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Permitam que, preliminarmente, discordando, respeite a manifestação trazida à Casa pelo eminente Deputado que me antecedeu na tribuna, Ezequias Losso.

Vim e pretendi, nesta data também, levantar minha voz para saudar nossa cidade e sua gente.

Por isso aqui estou, nesta tribuna, nesta tarde.

Distante do poder e dos que tudo podem, dispondo de uma presença nesta Casa que, por sua vez, também se vê limitada fazendo da palavra e do gesto, os instrumentos de uma luta, confesso saber que, sendo tudo quanto possuía para o trabalho, confesso saber ser pouco — embora o que mais possuía quando em verdade, a homenagem maior deveria ser outra.

Uma cidade que tanto tem contribuído para a grandeza deste Estado, merecia do Poder e dos que podem, muito mais que a omissão como resposta para os seus verdadeiros anseios.

Uma gente obreira e capaz, que tem até mesmo imolado os seus mais caros sentimentos, merecia dos que podem e do Poder, muito mais que o descaso para com a sua forma de viver.

A homenagem maior, merecida, reclamada, justa, mas ausente e não conferida, devia colhê-la a população e a cidade, todos os dias de todo o ano: o trabalho e a capacidade, encimados pela responsabilidade, valores, parece não, cultuados, pela sua Administração: (LÊ):

"Senhores.

Curitiba... 284 anos...

Uma jovem cidade amadurecida.

Cidade jovem, porque no calendário dos povos, 28 décadas significam um engatinhar tateante na tentativa de firmar rumos e consolidar objetivos.

Amadurecida cidade, porque ensaia já as passadas decididas dos que conhecem os seus caminhos e conquistam as suas metas.

Dos seus 284 anos, Curitiba, contempla o seu passado de benfazejas tradições e alonga as vistas para o seu futuro de sonhos, de anseios e de esperanças.

O ontem, que cada um dos seus anos formou e fez a sua história, é acalentado pelos seus estudiosos e ensinado nas suas escolas.

Mas vive também, em cada um de seus filhos, pela formação que lhes conferiu e pela responsabilidade que lhes impõe, aureolando a todos e a cada um com o sentimento de orgulho pelas obras que legal, resultado da grandeza de sua gente, desde o seu início.

Os que estão mais de perto e mais fortemente unidos à sua origem vivem essa certeza.

E os que, mais tarde, vieram se fraternizar, assimilaram, osmoticamente por assim dizer, a irradiação desse sentimento e dele se impregnaram.

O seu passado não se embolora nos museus, e nem só revive nas palavras dos encanecidos, antes, regorgita de vida, permanente e entusiasticamente, no cotidiano do hoje, nas ações do presente, porque estão todas elas fundadas nas magníficas lições que ofereceu em todos os seus momentos e em todas as suas atividades.

O seu presente, é de febricitante ação, em homenagem ao que passou e na preparação do que virá.

Os seus minutos de hoje, a formar as suas horas de elaboração, os seus dias de trabalho, os seus meses de construção, os contemporâneos os vivem, são os seus obreiros.

E todos, em todos os instantes, estão a conhecer a cidade, porque são a cidade.

E as lições, não as recolhem nos compêndios, porque elas estão no seu dia-a-dia, e porque são eles os seus forjadores.

E as forjam nos sacrifícios cívicos e nos dramas comunitários, na luta titânica e nos despreendimentos heróicos.

Na vivência diária do nosso hoje, que implica em tantos ônus e em tantos anseios não satisfeitos.

E que abarcam toda a sua gente, com a sua extensa gama de participação.

Desde o homem do bairro que se chafurca na lama das ruas inexistentes e se asfixia na poeira das vias preteridas; que descansa o cansaço do seu dia de labor na longa espera das filas de coletivos, e neles se comprime — numa generalizada confraternização suarenta: — que nada mais significa que não o caminho para a oprimida confraternização familiar, na pequena casa, de poucos cômodos, de muito gente e de tantos dramas.

Desde a criança — alegria da cidade — que tem no binômio "escola-recreação", a integralização das suas pretensões, mas que se vê carente de escola e de recreação, ou que se vê obrigada a deslocar-se num esforço incompatível com sua idade e num sacrifício dos pais que se vê obrigada a deslocar-se a longas distâncias em busca de educação e de uns efêmeros momentos de distração, ou, ainda, além de suportar com os demais, os demais problemas, faz dessas duas necessidades, tão somente sonhos de imaginação, que entumescem os seus olhos

ante a certeza de não atingir o que está um pouco além.

Desde a mulher; mãe, dona-de-casa, esposa e filha, que na sua maravilhosa sensibilidade feminina, acaba por receber o impacto íntimo maior, na compartilhagem do trabalho de insuficiente remuneração, no drama do esposo, na aflição do pai, na insatisfação dos filhos.

Desde o profissional liberal, o servidor público, o comerciário e todos que formam na chamada classe média, que se vêem, afora toda a problemática que exogenamente os atinge, compulsoriamente partícipes de um esforço econômico-financeiro, para o qual não estavam preparados e que, no mais das vezes, não os encontram em condições de corresponder, senão sob a crise dos cortes dos orçamentos domésticos, que vai, afinal, representar o seccionamento de reclamadas satisfações, e acabem por limitar-lhes a mesa, reduzir-lhes o vestuário, exterminar-lhes o que seja exclusivamente indispensável para uma vivência do "parecer ser" — mais uma imposição do status em que sobrevive.

Desde o jovem e o estudante que, mais que o título conquistaram, pela sua aplicação e pelo seu idealismo, para nós, as perspectivas dos benefícios de "cidade universitária".

Mas, que, paradoxalmente, se defrontam com uma escola que não logrou uma autêntica integração social e comunitária, e, ainda se deparam com o espectro quatorsetesetado da inibição, do amedrontamento, da castração e infecundidade técnica e profissional . . .

Tem o aparte o Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Em primeiro lugar, nobre Deputado, quero congratular-me com a magnífica peça literária que V. Exa. lê, nesse momento, mas que lamentavelmente, como documento político não faz justiça à inteligência de V. Exa.

Parece que V. Exa. vê a realidade curitibana sob um prisma negativista absoluto, quando na realidade, Curitiba, malgrado, tem um orçamento extremamente diminuto, em face dos problemas que tem que enfrentar diariamente, conseguiu o milagre de conseguir à conta de fundos perdidos, mais do que toda a sua arrecadação orçamentária durante dez anos.

E digo mais, uma das cidades que apresenta o maior índice de renda "per capita" do Brasil, que está com seus problemas básicos viáveis em vias de solução.

Uma cidade que ainda se pode viver, que ainda se pode sentir o seu toque humano, uma cidade enfim, que no conceito generalizado dos urbanistas brasileiros, é modelo para o Brasil, não mereceria de V. Exa. este ataque tão contundente, o que V. Exa. intimamente também deve reconhecer.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminentíssimo Deputado, respeito a posição de V. Exa., e quero dizer-lhe que com o pronunciamento de hoje, pretendi e pretendo tão somente panoramizar a problemática de Curitiba.

Para o longo do tempo e daqui para frente, esmiuçar, perante esta Casa e perante o Paraná, os problemas que nossa cidade está vivendo.

Mas não sei se devo, eminentíssimo Deputado, receber, e com tranquilidade, com passividade, o estigma de negativismo que pretende V. Exa. me conferir.

Poderia até devolvê-lo a V. Exa., dizendo que V. Exa. é um otimista.

E lembrar-lhe o episódio que a história consagrou.

Da rainha que via a revolução nas ruas e a Bastilha já afiada e perguntava a alguém da Corte: O que quer o povo, e por que o povo se revolta, o que tem o povo?

E alguém da Corte lhe respondeu: O povo pretende pão.

E a Rainha na sua tirada otimista, apenas pasmou: mas se não têm pão, por que não comem biscoitos?

Parece que vivemos esta fase, entre nós, Deputado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Aliás, V. Exa. hoje, se revela

um grande mitológico, pode continuar o seu pronunciamento, que é também uma peça da mitologia.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Deputado, as oportunidades virão, serão analisadas, e a mitologia haverá de falar como tem falado.

E quando a oportunidade surgir, falará ao povo mitologicamente ou não.

Que se lhe dê liberdade para falar e para afirmar . . .

O Sr. Luiz Roberto Soares — É o que está fazendo V. Exa. neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Tão somente para a normalidade desta sessão, asseguro a palavra ao Deputado Enéas Faria, lembrando que não são admitidos discursos paralelos. E, é vedada a palavra a qualquer Sr. Deputado sem que o orador lhe conceda em aparte.

O SR. ENÉAS FARIA — Aceito a intervenção da Mesa, Sr.

Presidente, mas quero testemunhar que é uma honra poder a qualquer momento, debater e dialogar com o culto e eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Obrigado, recíproca verdadeira..

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Retomo, Sr. Presidente.

(Lendo): "Desde tantos até o intelectual, carente de possibilidades e participações, porque — não promovidas as coisas imateriais escasseiam-se as condições para o desabrochar dos seus talentos e obstaculizam-se os intercâmbios, tendo ainda, a ferir-lhe a consciência a excepcionalidade de um regime incompatível com o homem civilizado, e a cercar-lhe a informação e o conhecimento, o negrume do medievalismo da censura.

Até o comerciante, o industrial, o empresário, e todos os que formam entre os empreendedores que, sendo as fontes geradoras de riquezas, pelas quais a cidade haverá de mais prosperar, são os responsáveis por tantas conquistas da comunidade, até estes pagam o seu tributo ao hoje, porque foram surpreendidos com as inovações que os preterem, e as suas conseqüências que os marginalizam.

Todos, enfim, em todos os cantos e em todos os setores, foram integrados, mesmo com tantos sacrifícios, a um desiderato único e que se tornou geral, como que se procurasse sonambulizar pelo mantram persistente, monótono, vazio, descabido, de uma vontade que, apesar de divorciada de todos e de suas raízes, se soberanizou.

E tudo, apesar de tudo, tudo se faz em nome de uma obra Maior, saudando um porvir melhor — rótulos vistosos, que no entanto, contrastam com a realidade, quando deviam ser verdade autênticas e sentidas, sem necessidade de apelidos, porque bastam por si mesmas.

Para tanto, todos estão concorrendo. Para o que, tudo é carreado.

Enquanto a cidade clama por uma planificação global que exista em harmonia com as suas afinidades, e que se cumpra e se implante em favor do todo. Planos e programas, antes desenvolvidos, se vêem relegados, para dar lugar à improvisação do interesse imediato.

Enquanto a cidade está a exigir uma ordenação criteriosa para o seu crescimento, que seja outra que não um zoneamento manipulado, sem explicações, à vontade do escolhido.

Enquanto a cidade está sedenta de água, por falta de redes, de serviços de visão, de vigor dos que competiam irrigar-lhe os lares e as fábricas.

Enquanto a cidade mergulha nos seus detritos, e o saneamento, ao invés de vir, serve como mais um ponto da publicidade oficial.

Enquanto as escolas não bastam e o ensino é caro e proibitivo. A cultura foi relegada. O lazer quase inexistente.

Enquanto o trânsito nos enluta, sem que um esquema viário, combinado às modernas técnicas, tenha vida.

Enquanto o crescimento demográfico se afirma, a clan-

destinidade dos loteamentos convive com a impunidade, arcan-do, entretanto, a cidade com os gravosos ônus decorrentes.

Enquanto o desemprego toma contornos de apreensi-vidade, legiões de sub-empregados mourejam, a ociosidade da mão-de-obra é fantasma perturbador de consciências mais dignas, a "cidade industrial", desfavorecendo e eliminando os empresários locais, embora voraz devoradora de recursos públi-cos, não logra afirmar-se para cumprir suas prometidas metas originais mais humanizadoras.

Enquanto os salários decrescem, numa persistente queda de poder aquisitivo, a Administração é campeã e recordista da apropriação de recursos populares. E encarece o transporte coletivo, a água, a luz, o telefone, os serviços básicos, a limpeza, a pavimentação, concluindo com a violência tributária, onde impostos e taxas, alguns, foram, ainda há pouco, para a engor-da do Paço, majorados até além de 100 por cento.

A cidade carece de tetos, o "deficit" habitacional aumen-ta, a especulação corre à solta, e a solução prática não surge, apesar de alguns cérebros de corpos privilegiados se encaste-larem em polpudos ordenados, à sombra de luxuosas edifi-cações.

Mas, a gente curitibana sabe que está..."

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assenti-mento).

Sr. Deputado, pelo que ouvimos, Curitiba é, hoje, uma cidade inabitável, uma cidade de flagelo. E pelas palavras de V. Exa. devemos ir para o Interior, porque Curitiba é inabitável. O SR. ENÉAS FARIA — E realmente o é porque abriga V. Exa.

"Mas, a gente curitibana apesar de tudo, não desertou. Participa. Contribui. Com o espírito de renúncia que a tem marcado, com a disciplina que a caracteriza. Com a harmonia que tanto preza. Mas, também, com altivez, com dignidade, com coragem. Afirmando, sempre que convocada, o seu desa-grado, a sua tristeza, o seu protesto, aguardando, para replicar, para se impor, para se reencontrar, a grande oportunidade que um dia ainda virá: o momento em que a cidade lhe for devolvi-da, e por sua vontade e ao seu modo por ela mesma dirigida. Com resignação, mas esperançosa, aguarda!

A gente curitibana sabe que está com os seus antepassados, escrevendo, com a vida, a história da sua cidade. Porque acredito que está, para os seus pósteres, preparando uma cidade melhor.

Porque sonha um amanhã!

Um amanhã mais feliz. Um amanhã mais perfeito. Um amanhã mais digno. Um amanhã mais humano. Um amanhã de todos e para todos.

Porque sabe que haverá, um dia, de alvorecer este amanhã.

E este amanhã haverá de ser um futuro breve. O futuro que se quer para Curitiba. Que Curitiba merece. Pela qual hoje muito se paga, com os valores mais caros de pessoa humana.

A gente curitibana está unida nesta esperança.

Esperança de ver as suas crianças mais felizes.

Esperança de ver as suas mulheres mais tranquilas.

Esperança de ver os seus homens mais realizados.

Esperança de que Curitiba, toda e inteira, sorria um largo sorriso total".

O Sr. Ezequias Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assen-timento).

Nobre Deputado, convivemos durante seis anos, na Câmara Municipal de Curitiba. Entretanto, permita discordar, quase que totalmente, do pronunciamento que faz nesta data. Porque não retrata a realidade da cidade de Curitiba.

Ao apontar os problemas, V. Exa. foi um tanto exagerado. Se desemprego existe em Curitiba, muito mais existe em outras cidades, não só brasileiras, mas também cidades de outros países.

Não seria Curitiba o paraíso onde não haveria nenhum desemprego! Mas, o esforço está sendo feito, e esforço bastante

respeitável, para que seja solucionado o problema social do desemprego.

E aí está a Cidade Industrial que tem proporcionado con-dições para aumento do orçamento doméstico de milhares de famílias.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite, sem tomar seu aparte, mas para dialogar.

Indagaria de V. Exa., taxativa, as informações: quantas indústrias, efetivamente, hoje se encontram instaladas e operan-do na Cidade Industrial? Quantos empregos a Cidade Industrial já proporcionou? Quanto de recurso já aplicou o Poder Público Municipal desde a implantação, até agora, da Cidade Industrial?

O Sr. Ezequias Losso — V. Exa. deve estar lembrado que, em nosso pronunciamento de hoje, dissemos que perto de cem indústrias estão implantadas, ou em fase de implantação.

O SR. ENÉAS FARIA — A verdade está sendo escamoteada, perto de cem, ser ou será, não responde.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado, a Cidade Industrial está em fase de implantação.

É óbvio, Sr. Deputado, que não podemos dizer quantos projetos já estão implantados, e quantos em fase de implan-tação.

O SR. ENÉAS FARIA — De uma verdade V. Exa. não pode fugir: a implantação da Cidade Industrial, teria, entre outras finalidades, a de gerar recursos e empregos para Curitiba. Da sua planificação, até hoje, a Cidade Industrial, conseguiu gerar, em verdade, uma atitude de trazer, para Curitiba, uma legião de pessoas em busca de emprego. E não conseguiu, ao longo desse tempo, cumprir sua meta preliminar que seria a instalação de indústrias funcionando.

O Sr. Ezequias Losso — Mas, Sr. Deputado, lembra V. Exa. que quando Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, juntamente conosco, o seu apoio à tese da implantação da Cidade Industrial em Curitiba.

O SR. ENÉAS FARIA — Absolutamente, nobre Deputado.

O Sr. Ezequias Losso — Recordo-me perfeitamente, está nos Anais da cidade de Curitiba.

O SR. ENÉAS FARIA — Tenho outra tese que V. Exa. conhece a de que devíamos parar aqui em nossa cidade. De que Curitiba é uma cidade de serviço, de que Curitiba é uma cidade burocrática e, portanto não devemos industrializá-la já que podemos viver muito bem, tranquilamente, na forma como está.

Poderia até V. Exa. dizer que é uma tese eletista, não sei se será. Mas a tese que sempre defendo para a nossa Curitiba é esta.

O Sr. Ezequias Losso — Mas, Sr. Deputado eu poderia fazer uma indagação? Qual a solução que V. Exa. daria para o problema do desemprego se não forem criadas novas indústrias?

O SR. ENÉAS FARIA — Eu lhe responderia como já lhe respon-di.

O nosso problema de mão-de-obra há alguns anos atrás, se fixava num determinado percentual. Já respondendo ao Líder disse que hoje pretendia panoramizar apenas a problemática para atacá-la depois, de per si, cada um dos seus aspectos, com detalhes e informações.

Mas, ao se pensar em Cidade Industrial, o problema de emprego da mão-de-obra, se fixava num pequeno percentual, e dizia já naquela época na Câmara Municipal a V. Exa. e aos demais Vereadores de então, que a atitude precipitada de se promover sem que contornos definidos estabelecidos estivessem marcados, iniciar a Cidade Industrial acarretaria a atitude de trazer para Curitiba legiões de homens, legiões de pessoas buscando emprego.

Fato que é comum e corriqueiro atravessa agora o mesmo problema Foz do Iguaçu. Como em outras ocasiões o fato ocor-reu em outros locais.

Cresceu efetivamente o desemprego em Curitiba, e cresceu violentamente. Não só pelo crescimento vegetativo da cidade como também, e principalmente, porque muitos aqui vieram bater em busca de um futuro, de uma perspectiva, em busca de uma oportunidade.

E nossa administração, de certa forma, foi a responsável porque fez publicar, porque fez promover, porque fez anunciar que Curitiba se tornou o paraíso para a solução da mão-de-obra ociosa.

O Sr. Ezequias Losso — Sr. Deputado, se me permite, no diálogo que estamos mantendo, apenas uma opinião a respeito do problema.

Curitiba não apresenta desemprego acentuado no setor de mão-de-obra não qualificada. O desemprego se encontra exatamente na mão-de-obra semi-qualificada ou qualificada. E, diga-se de passagem, são os estudantes das Universidades, os filhos dos habitantes da cidade, que saem das escolas de segundo grau ou de primeiro grau, que não conseguem empregos. E somente através de organizações, sejam industriais ou comerciais, de serviços, é que será possível resolver o problema social do desemprego ou do emprego.

Assim, Sr. Deputado, a solução deve se vincular à implantação de novas organizações, se não a juventude especialmente, não terá condições de resolver os seus problemas financeiros pelo menos a médio prazo.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Ezequias Losso, a maneira de ver é de cada um. A ótica é de cada um.

E, é evidente que a ótica e os olhos são guiados por uma alma e por uma sensibilidade, mais do que por um compromisso, do que pela sigla.

Vale mais o espírito, a alma, a sensibilidade!

Eu vejo assim; e fico consternado por isso; lamento por isso e me entristeço com isso.

V. Exa. vê diferente; V. Exa. sente diferente. Mas uma coisa é verdade, Srs. Deputados e não precisamos nem mesmo por o intangível; certos fatos são palpáveis; certas realidades são visíveis; certos sentimentos afloram e, é o que, realmente, está acontecendo em nossa cidade, em nossa Curitiba.

V. Exa. raciocina como raciocina um dia desses, um outro Deputado de seu Partido, ao tratar do problema do aumento do vencimento do funcionalismo, trazendo dados, elementos, estatísticas, gráficos e proclamando aqui, que o Governo do Estado do Paraná se impunha como mais generoso e oferecia o mais largo e mais amplo aumento ao funcionalismo público. Não tive oportunidade de apartear-lo e dialogar com S. Exa., naquela oportunidade. Mas, entre os dados que trazia, de um papel que estava escrito, entre os gráficos que ele manipulava, entre isto, e o simples olhar para a fisionomia de um funcionário, eu fico com a fisionomia de um funcionário. Fala com mais calor e verdade do que o gráfico do papel.

O Sr. Ezequias Losso — V. Exa. permite mais um aparte? (Assentimento).

Com relação a questão levantada por V. Exa., agora por último, que diz respeito à diferença que existe entre as estatísticas e a realidade, eu prefiro ficar com a realidade. Existem diversas firmas estabelecidas, em Curitiba, que têm, permanentemente, afixados avisos em locais visíveis, para acolher os trabalhadores não qualificados. Geralmente, os não qualificados são os que vêm do interior do Estado ou, mesmo, de outros Estados, à procura de uma colocação para conseguir os recursos para sua vida. E, há carência, em Curitiba, de mão-de-obra não qualificada. V. Exa., facilmente poderá verificar isso. Há carência de mão-de-obra não qualificada.

Existem firmas, em Curitiba, que não estão conseguindo desenvolver, normalmente, suas atividades, por falta de mão-de-obra não qualificada.

O SR. ENÉAS FARIA — Mas, por outro lado, V. Exa. vê hordas humanas batendo à procura de uma ganha-pão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que V. Exa. dispunha, já se esgotou e concede mais dois minutos...

O Sr. Trajano Bastos — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, com a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — A Liderança do MDB, cede o horário que lhe é reservado, ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, por solicitação do Sr. Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Sr. Deputado Trajano Bastos, informa a V. Exa., que V. Exa. terá mais 15 minutos para usar a tribuna.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço, Sr. Presidente, e quero informar à Liderança, que já havia concluído o meu pronunciamento e, apenas, mantinha diálogo com os eminentes Deputados da Aliança Renovadora Nacional.

O Sr. Luiz Roberto Soares (Aparte) — Deputado Enéas Faria, a Aliança Renovadora Nacional recebe, gostosamente, a sua anúncio de que pretende trazer à Casa, debates sobre a problemática urbana de Curitiba; está pronta para debater com V. Exa. e presume que, com este comportamento, nós haveremos de dar uma contribuição inestimável à solução dos graves problemas urbanos que afetam todas as Capitais e todos os centros urbanos do País.

Era um pronunciamento oficial, que queria dizer a V. Exa. que será muito saudável que V. Exa. traga a esta Casa, dentro da sua ótica, o levantamento dos problemas urbanos de Curitiba.

O SR. ENÉAS FARIA — Pois não, Deputado, e quero informar, também a V. Exa. que nunca e jamais pretendi ser senhor da verdade.

Acredito que é do debate e do diálogo que haveremos de encontrar as melhores soluções. Mas é preciso que haja debate e diálogo; é preciso que haja boa vontade; é preciso que haja disposição.

V. Exa. está demonstrando isso. Aceito, com muita alegria, esta disposição e renovo o convite a V. Exa. e à sua ilustrada bancada, para que daqui para a frente, em momentos quando a necessidade surgir, possamos tratar detalhadamente da nossa cidade e da nossa Curitiba, porque não deixa de ser ela também um espelho e um reflexo da Administração do Estado e dos problemas estaduais.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta o Sr. Deputado Trajano Bastos, líder do MDB, se deseja usar o tempo que é reservado ao seu Partido.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Havendo declinado, a Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares se deseja usar do tempo que regimentalmente é destinado à ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O Deputado Gabriel Manoel fará uso do horário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Por delegação da liderança, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradecendo a gentileza do nosso líder, líder da bancada da ARENA, Sr. Presidente, neste instante, quando fazem apologia da cidade de Curitiba, e quando fazem apologia muito injustamente dos homens que esta cidade abriga; porque esta cidade abriga homens humildes como nós, que viemos do interior vivido e sofrido, para lutar por uma causa, pelo bem estar da gente do Paraná.

Mas abriga, Senhores, abriga, Sr. Presidente, abriga, homens de brio, Sr. Presidente; homens que não têm a pecha de lutador; homens que não têm cheque sem fundo no Cartório; homens humildes como nós, talvez menos letrados, Sr. Presidente, mas homens honrados e dignos que podem olhar todos de frente e podem olhar também os seus concidadãos.

Mas, é como diz o adágio árabe: "os cães ladram e a caravana passa". E nós temos de estar aqui, embora a contragosto dos falsos Messias, dos homens que messianicamente tentam salvar a Pátria embora custe isso agitação; embora custe isso o não reconhecimento da população, desta obra magnífica que Saul Raiz vem fazendo em Curitiba.

Fomos ofendidos em nossos brios, Sr. Presidente. Mas, queremos fazer um desafio ao Deputado que nos ofendeu. Dentro do nosso raciocínio, dentro dos nossos brios e de nossa coragem de enfrentar os nossos colegas, se Curitiba abriga uma só criatura como nós, é porque Curitiba é uma cidade generosa; é porque Curitiba abriga gregos e troianos; é porque Curitiba abriga os ilustres homens letrados e abriga também os analfabetos; é porque Curitiba é uma cidade de perdão; é porque Curitiba é uma cidade cristã; e, dizendo os termos de Cristo, "perdoai os ignorantes porque eles não sabem o que dizem".

Curitiba abriga homens que ofendem a moral de outro concidadão, da tribuna; porque Curitiba abriga homens que dão cheques sem fundos em campanhas eleitorais; porque Curitiba, Sr. Presidente, abriga homens do meu quilate e do quilate do Deputado Enéas Faria.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 12/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagens Governamentais números 52/77 e 54/77, fixando à partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar. Com pareceres favoráveis da CCJ., e CRH., por unanimidade e da CF., por maioria. Com Emenda Substitutiva da CCJ., por unanimidade e Emendas Substitutivas de Plenário. Em regime de urgência.

Regimentalmente será colocada em discussão a emenda oferecida ao Projeto de Lei número 12/77, em 3ª discussão, que trata do aumento de vencimentos do funcionalismo público civil e militar do Estado, Tribunal de Justiça e do Poder Legislativo, subscrita pelos Srs. Deputados Accioly Neto e Luiz Roberto Soares. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, peço a chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal). Responderam a chamada 38 Srs. Deputados. Há número para a deliberação.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, para encaminhamento da votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito de alguns dados levantados na sessão de ontem, para que a realidade seja bem colocada em assunto pertinente à Mensagem que propõe aumento ao funcionalismo civil e militar do Estado do Paraná, no que diz respeito a uma diferença de percentual entre o Orçamento de 77 e 76, devo dizer e esclarecer que os dados levantados na sessão de ontem foram utilizados, levando-se em consideração parcelas chamadas "recolhimento descentralizado". Parcelas essas que precipuamente estão destinadas a investimentos e que tiveram evolução

muito superior à evolução média do Orçamento.

Quero referir-me ao Salário Educação e ao Fundo Rodoviário Nacional.

Os dados financeiros utilizados pelos Srs. Deputados do MDB na tarde de ontem, não são próprios. Isto porque, foram utilizados não os valores do Orçamento do Estado, mas sim os valores do orçamento, incluindo as receitas de recolhimento descentralizado. Entre estas últimas se encontram o salário de educação, e o Fundo Rodoviário Nacional, que evoluíram de 1976 para 1977, de 65 milhões de cruzeiros, para 206 milhões de cruzeiros, o Salário Educação e de 206 milhões de cruzeiros para 533 de cruzeiros, o Fundo Rodoviário Nacional. Estas duas parcelas são destinadas, legal e prioritariamente a investimentos e apenas subsidiariamente ao custeio, inclusive pessoal.

Se comparados de forma própria, os valores de gastos com pessoal e os valores orçamentários, teremos a seguinte situação:

Despesa efetivamente realizada com pessoal em 1976: 2 bilhões, 875 milhões de cruzeiros.

Despesa total do Tesouro do Estado em 1976: 6 bilhões e 500 milhões de cruzeiros.

Porcentagem das despesas de pessoal sobre as despesas totais: 44,2 por cento.

Despesa com pessoal projetada para 1977: 4 bilhões, 389 milhões de cruzeiros.

Despesa total do Tesouro projetada para 1977: 9 bilhões, 400 milhões de cruzeiros.

Porcentagem de despesas com pessoal sobre as despesas totais do Tesouro: 46,7 por cento.

"As despesas de pessoal, por uma questão de técnica orçamentária, são suportadas à conta de duas fontes de recursos: as verbas específicas destinadas a pessoal, encargos sociais e a reserva de contingência.

Em 1976 o orçamento estadual previa um total de 2 bilhões e 900 milhões, à conta destas duas dotações. Para 1977, adotada a mesma metodologia, prevê o orçamento, 3 bilhões, 889 milhões para pessoal, 500 milhões, para reserva de contingência, somando os 4 bilhões, 389 milhões de cruzeiros, mencionados.

As despesas com pessoal, incluem o pagamento das despesas com o pessoal já existente mais o pagamento de reajustes salariais e mais o pagamento de reajustes salariais e mais o pagamento das despesas oriundas da expansão de pessoal como por exemplo o aumento dos quadros policiais e o aumento das despesas de pessoal na Educação".

Portanto, se compararmos o ano de 1976, com o ano de 1977, temos uma evolução do percentual de 44,2 em 1976, para 46,7 por cento em 1977.

Ademais, é preciso lembrar o fato de maior importância e significação: o Estado do Paraná é o Estado da Federação que mais investe para formação do produto em estado bruto. Contribui com mais de 10 por cento.

Era, Sr. Presidente, o esclarecimento que me competia fazer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação a emenda de Plenário, apresentada na sessão de ontem, em 3ª discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Aprovada.

Em votação o projeto. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 139/76, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS da cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 139/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação

de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon - PR.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1976.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon, com sede na cidade do mesmo nome, já declarada de utilidade pública por aquele município, através da Lei número 1158 de 08 de dezembro de 1975, que vem prestando grandes serviços às crianças excepcionais daquele município e região, através de escola especializada, com professores treinados para o ajustamento em geral de indivíduos excepcionais e estimular estudos e pesquisas relativos ao problema. Em síntese, a cópia dos estatutos em anexo ao presente processo, especificam melhor suas finalidades, demonstrando condições legais para que possa ser reconhecida de utilidade pública, assim sendo submetemos o presente à apreciação dos Senhores Deputados e temos certeza que merecerá integral apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 139/76

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Marechal Cândido Rondon.

A entidade acima, presta, indiscutivelmente, inestimáveis serviços à sua comunidade, não visa lucros, os membros da sua Diretoria não percebem qualquer remuneração e os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual que regula a matéria estão preenchidos.

Nestas condições, como não existe nenhum obstáculo de ordem constitucional e legal para o acolhimento do presente plano de lei por esta Casa, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando autorização do Plenário para transcrição de editorial do "Estado de São Paulo", edição de domingo último, conforme leitura efetuada da tribuna do Plenário. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. deputados Edilson Alencar e Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Afonso Rodolfo Voss. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei número 12/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro dos Transportes, enfatizando a necessidade de imediata construção de ramais ferroviários, ligando o município de Campo Mourão ao de Maringá e ao de Cascavel. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao titular da Pasta dos Transportes do Governo do Estado, reivindicando a construção de via de acesso para ligação do município de Cruzeiro do Sul à Rodovia Nova Esperança — Santo Inácio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando se registre nos Anais da Casa, em sua íntegra, a "CARTA ABERTA", da Associação

de Professores Paranaenses. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão do requerimento para a sessão de amanhã, de acordo com o Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pleiteando uma sub-sede da Delegacia Regional do Trabalho, em Paranaguá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade da implantação de pavimentação do percurso rodoviário de Amaporã-Planaltina do Paraná-Santa Isabel do Ivaí-Santa Cruz do Monte Castelo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que medidas urgentes sejam tomadas na cidade de Goioerê, a fim de averiguar as condições dos poços de água potável nas residências do distrito de Quarto Centenário. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja enviado pedido de informações ao Governo do Estado, através do órgão de direito, com respeito a assuntos aeroviários do Estado. — Em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, adiado para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador Jayme Canet Júnior, expediente contendo voto de desgosto desta Casa, pela construção da estrada Engenheiro Beltrão-Barbosa Ferraz, inaugurada a pouco mais de 30 dias.

A Presidência sente-se na contingência de ouvir a assessoria para saber se o presente requerimento pode ser acolhido regimentalmente.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, seria fastidioso solicitar ao Sr. Secretário que relese o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende V. Exa.. Tão somente dá como dever da Presidência a leitura da súmula e, posteriormente, dará ao Sr. 1º Secretário para leitura. O Deputado Valter Pietrângelo requer envio de expediente ao Governador do Estado, contendo votos de desgosto por obra mal executada em sua administração.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lendo requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo sobre voto de desgosto).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concede a palavra, pela ordem, a V. Exa. desejando, antecipadamente, com base no artigo 123, § 6º, deixar de receber o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Considera, a Presidência, que o assunto poderá ser focalizado, mantendo-se uma técnica parlamentar na sua redação, condizente com o respeito que este Poder deve manter para com o Chefe de outros Poderes.

Pela ordem, concede, inicialmente, a palavra ao Sr. Deputado que anteriormente a havia solicitado, Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — No elenco suscitado por V. Exa., o requerimento não é de ser acolhido em razão do artigo 134 e, que no seu item IV, diz:

"Art. 134 — Dependerão de deliberação do plenário os requerimentos referidos nos parágrafos seguintes:

"IV — Manifestação de regozijo ou de pesar, por ofício, telegrama ou por outra qualquer forma escrita;"

Ademais, se a Mesa entendesse de acolher o requerimento queria sugerir que se fizesse uma correção gramatical, pois na

linha quatro, do requerimento, foi, lamentavelmente, omitida a letra "H" — inaugurada há pouco mais de 30 dias — e, este Plenário, por certo, não haveria de ratificar, grosseiro erro gramatical.

O Sr. Enéas Faria — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, data vênica do entendimento já anunciado por V. Exa., com entendimento da Liderança do Governo nesta Casa, me parece e, não quero entrar no mérito da questão, ainda, mas me parece não haver fundamento nos dispositivos regimentais levantados para argumentar uma não aceitação do requerimento.

Primeiro, eminente Presidente e eminente Líder, cita V. Exa., o artigo 123, IV — "A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições..."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência citou o parágrafo 6º.

O SR. ENÉAS FARIA — "Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja".

De outro lado, a Liderança do Governo fez menção ao art. 134, item IV, que fala da inserção em ata de votos de regozijo e votos de pesar. O artigo 143, item IV, nada tem a ver com a questão. Quanto ao artigo 123, § 6º, me parece que poderia estar a Mesa, até, exorbitando na sua capacidade de interpretação. Não vejo onde o termo "desgosto" possa ser ofensivo, nem mesmo o contexto do requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à parte justificativa. Refiro-me ao requerimento de S. Exa. Em verdade, Sr. Presidente, esta Casa, a toda hora, a todo momento, quase diariamente, está a votar e aprovar votos de gosto a este Governo.

Não sei porque agora, se quem pode positivamente, não pode negativamente. Não sei porque agora não se possa demonstrar um desgosto e nem vejo onde vai nisso o ofensivo. A menos que o Sr. Governador seja intangível; a menos que o Sr. Governador esteja numa redoma e que qualquer coisa possa ferir e de maneira desastrosa, sua sensibilidade.

Tem todo o direito o Sr. Deputado; tem todo o direito esta Casa de afirmar um desgosto por uma ação, por uma atitude ou por uma administração.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência mantém a decisão. O parágrafo 6º, do artigo 123, é claro: "Não serão admitidas em quaisquer proposições, termos ofensivos a quem quer que seja".

A Presidência não considerou a expressão "desgosto", ofensiva. Mas, a Presidência considera "irresponsável, vil", além de outras expressões contidas no requerimento, como se ofensivas à dignidade do Chefe do Poder Executivo.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu até solicitei a rejeição do requerimento, justificativa à parte, escrita, ou lida ou não, falada.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). — Desejo informar a V. Exa. de que o presente requerimento não tem um corpo reivindicatório, separando-o de uma justificativa. É ele um todo, na forma em que está redigido. A Presidência recusa-se a remetê-lo na forma em que está redigido a quem quer que seja, como recusar-se-ia a remetê-lo ao Chefe do Poder Executivo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, o próprio autor do requerimento aceita de que ele é injurioso. Tanto é que, na alínea 5, diz: "Por mais abomináveis que sejam os adjetivos que aqui façamos uso..."

Parece-me, que fica finda a questão em razão do próprio autor do requerimento reconhecer que os adjetivos sejam abomináveis.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, está V. Exa. com a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para tentar encaminhar uma solução para esse impasse; para que V. Exa. não se veja forçado a interpretar além do limite que a competência confere a V. Exa. E, entendendo também que o § 6º estabelece que não serão admitidas em qualquer proposição, expressões. O que não é admitido é expressão ofensiva.

Endereçaria à Mesa, não sei se requerimento ou apelo, no sentido de que pudéssemos manter, com os termos ofensivos expungidos do seu texto, com as expressões ofensivas expungidas do seu texto, manter o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não entende o que V. Exa. está propondo, desde que na colocação do plural com singular, singular com plural.

V. Exa. quer significar que contendo uma expressão ofensiva, e o § 6º falando em "expressões", V. Exa. invalida uma ou mais expressões?

O SR. ENÉAS FARIA — Uma ou mais expressões ofensivas, se houver no texto, deverão ser expungidas, deverão ser substituídas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência considera que o assunto não deva merecer da parte do próprio autor e nem é "sangria desatada", porque não solicita providências que devam ser adotadas em 24 horas. Não vejo razão pela qual o Sr. Deputado, autor da presente proposição deixe de refazer a sua redação e o reapresente na sessão de amanhã.

Nos termos em que está posto, deve se entender como sendo do próprio entendimento do Sr. Deputado subscritor, que abomináveis são os adjetivos aqui usados, porque são expressão do próprio relator.

Por esta razão a Presidência, salvo se V. Exa. desejar recorrer da decisão da Presidência, ao Plenário, a Presidência deixa de receber o presente requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o autor do requerimento passa a orientar a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, autor do requerimento, numa questão de ordem.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Para uma questão de ordem).

Sr. Presidente, parece-me que o Deputado Luiz Roberto Soares, inclusive referiu-se a um erro de concordância, lendo um dos trechos do requerimento.

Mas, tenho a impressão, que a intelectualidade do eminente líder da ARENA, deixou de observar o outro aspecto.

Sr. Presidente, quando nós falamos em termos abomináveis, vil etc., está claríssimo no requerimento. Não falamos sobre a pessoal do Sr. Secretário, em do Sr. Governador, nós estamos definindo um objeto. A obra em si, é que não presta, é que é porcaria, Sr. Presidente. A obra e não o sujeito, o Sr. Governador. Ora, Sr. Presidente, a decisão de V. Exa. me faz crer, que a Mesa usa dois pesos e duas medidas.

Pois se na semana anterior, nós discutimos nesta Casa, e discutimos para valer, o mérito de um voto de congratulação ao Sr. Governador por uma obra bem feita. E reconhecemos na oportunidade a obra bem feita. Ora, Sr. Presidente, esta Casa existe para bater palmas e para criticar. Para condenar quando as coisas são mal feitas.

Ou não é essa, a existência fundamental, uma das existências que justifica a existência fundamental deste Poder?

Quero ter este direito, Sr. Presidente, em debater também o demérito.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa., vai permitir à Presidência que lhe casse a palavra, porque V. Exa. está falando numa questão de ordem. Deve portanto, indicar, o dispositivo regimental em que está se louvando para a questão de

ordem. E a Presidência adverte V. Exa.: quando se discutiu o outro requerimento neste plenário, o requerimento estava vazio em termos regimentais, o que o de V. Exa. não está. A Presidência devolve o requerimento a V. Exa. e aceita de V. Exa. a reapresentação na sessão de amanhã. Desde que esteja vazio em termos que não sejam ofensivos, conforme determina o Regimento Interno.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Ofensivos a uma estrada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — V. Exa. não recorre da decisão da Presidência ao Plenário. A Presidência considera válida a decisão adotada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 12/77.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 02/77.

A Presidência destinará a Hora do Expediente da sessão de amanhã, nos termos da Resolução número 23/69, "a Hora do Expediente, dos dias anteriores às datas ali determinadas e consideradas históricas com o fim exclusivo de comemorar as referidas datas".

Razão pela qual amanhã, a Hora do Expediente será dedicada à comemorações da Revolução de 31 de março de 1964.

A Presidência convida os Srs. Deputados da ARENA e do MDB, para uma reunião no pequeno auditório, às dez da manhã.

Na oportunidade, desejar dar conhecimento de algumas providências de ordem administrativa, e outras, que dizem respeito à faculdade de concessão de bolsas de estudos para os Srs. Deputados que estiverem interessados, para a reunião em termos a nível de bancada.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 144/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1836, de 21 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à CEZAR AUGUSTO LEONI, matrícula número 479, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 16 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 145/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1540, de 15 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, à funcionária NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula número 595, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 146/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1435, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP e WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO, ocupantes do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem assessoramento dentro das funções de seus cargos efetivos, junto ao Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

RELATÓRIO DO CONTADOR:

Exmo. Sr.

DR. JORGE SATO

DD. Presidente do Fundo Estadual de Previdência Parlamentar

Ao apresentar os BALANÇOS encerrados em 31 de dezembro de 1976, cabe-me como Contador, deste Fundo, prestar os necessários esclarecimentos sobre tais documentos e operações neles refletidos.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Patrimônio evidenciado no Balanço em questão como se depreende da demonstração abaixo, apresenta um saldo no exercício de Cr\$ 6.320.602,73 mais o resultado do exercício anterior elevou o Patrimônio Líquido para o total de Cr\$ 10.438.416,69.

ATIVO

Disponível	4.849.405,50	
Realizável	5.592.498,44	10.441.903,94

PASSIVO

Exigível	3.487,25
----------	----------

PATRIMÔNIO

Do exercício	6.320.602,73	
Exercício Ant.	4.117.813,96	10.438.416,69
		10.441.903,94

As contas mencionadas neste Balanço devem ser interpretadas como segue:

ATIVO

DISPONÍVEL: Representa os saldos de Caixa e Bancos existentes em 31 de dezembro de 1976.

REALIZÁVEL: Representa importâncias empregadas em títulos e empréstimos concedidos a associados de acordo com o previsto na Lei número 6639/74, artigo 26.

PASSIVO

FINANCEIRO: Este Balanço foi encerrado apenas com a exigibilidade de Cr\$ 3.487,25.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Representa o resultado obtido nos dois últimos exercícios.

BALANÇO FINANCEIRO

Este Balanço tem por finalidade demonstrar o movimento do exercício, os recursos recebidos e a receber, bem como saldos disponíveis provenientes do exercício anterior e os que passam para o exercício seguinte, e pode ser sintetizado como segue:

SALDO ANTERIOR	4.117.813,96	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
Renda de Contribuição	1.533.629,60	
Renda de Transferências	3.529.118,90	
Rendas Diversas	129.985,03	
Renda de Juros	1.580.549,90	6.773.283,43
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Seguros a Repassar	3.487,25	
		10.894.584,64
DESPESA		
Despesa de Custeio	452.680,70	
SALDO PARA 1977		10.441.903,94

CONCLUSÕES

Quero ressaltar ainda esclarecimentos que se fazem necessários.

- I — Não houve nenhum empréstimo feito ao FEPPA por terceiros.
- II — Não houve nenhum empréstimo feito pelo FEPPA a serventuários.
- III — Não foi feito nenhum financiamento ao FEPPA por terceiros.

- IV — Não foi feito nenhum financiamento pelo FEPPA a terceiros.
 - V — Foram efetuados empréstimos apenas a Beneficiários de acordo com a Lei número 6639/74 em seu artigo 26.
 - VI — Não foram feitos auxílios e doações a Instituições Educacionais.
 - VII — Não foram feitas bonificações a terceiros.
 - VIII — Não houve aquisição de Bens Imóveis.
 - IX — Não houve nenhuma alienação de Bens Imóveis neste exercício.
 - XII — Não existe nenhum serventuário com saldo de numerário em seu poder.
 - XIII — Não existe nenhum serventuário responsabilizado por falta verificada em valores a cuja guarda estivesse responsável.
 - XIV — Não existe nenhum serventuário responsabilizado por valores a cuja guarda estivesse responsável.
 - XV — Todos os Serventuários responsáveis por adiantamentos fizeram sua comprovação dentro do prazo legal estabelecido nas instruções de serviço específico.
 - XVI — Todas as despesas relativas aos adiantamentos tomados por serventuários tiveram sua comprovação aceita pelo órgão próprio e satisfizeram todas as exigências substanciais.
- Curitiba, 21 de março de 1977.

ARY DOS SANTOS
Contador C.R.C. - 47 - PR

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA BALANÇO FINANCEIRO PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

RECEITA			DESPESAS		
Renda de Contribuição	Cr\$ 1.533.629,60		Seguros	Cr\$ 83.860,00	
Renda de Transfências	Cr\$ 3.529.118,90		Enc. Diversos	Cr\$ 35,31	
Rendas Diversas	Cr\$ 129.985,03		Publicidade	Cr\$ 1.500,00	
Renda de Juros	Cr\$ 1.580.549,90	Cr\$ 6.773.283,43	Apos. Pagas	Cr\$ 350.187,14	
Extra Orçamentária			Mat. Consumo	Cr\$ 1.000,00	
Seg. a Repassar		Cr\$ 3.487,25	Desp. Viagem	Cr\$ 6.098,25	
SALDOS EX. ANTERIOR			Serv. Terceiros	Cr\$ 10.000,00	452.680,70
Depósitos	Cr\$ 690.000,00		SALDOS P/EXERCÍCIO SEGUINTE:		
Emprést. Concedidos	Cr\$ 1.970.000,00		Valores Imobiliários	Cr\$ 2.090.000,00	
Caixa	Cr\$ 6.825,01		Emp. Concedidos	Cr\$ 3.502.498,44	
Bancos	Cr\$ 1.450.988,95	Cr\$ 4.117.813,96	Caixa	Cr\$ 99.000,00	
		Cr\$ 10.894.584,64	Bancos	Cr\$ 4.750.405,50	10.441.903,94
					10.894.584,64

JORGE SATO
Presidente

ARY DOS SANTOS
Contador C.R.C. - 47 - PR

JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
EXERCÍCIO DE 1976

TÍTULOS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES			
DESPESAS DE CUSTEIO			
Mat. de Consumo	21.000,00	1.000,00	20.000,00
Serv. Terceiros	122.000,00	101.458,25	20.541,75
Encargos Diversos	6.000,00	35,31	5.964,69
Desp. de Ex. Anterior	3.000,00		3.000,00
	152.000,00	102.493,56	49.506,44
TRANSF. CORRENTES			
Pensões Civis	400.000,00	350.187,14	49.812,86
	400.000,00	350.187,14	49.812,86
INV. FINANCEIRAS			
Concessões de Emp.	3.500.000,00	3.342.000,00	158.000,00
	3.500.000,00	3.342.000,00	158.000,00
FUNDO DE RESERVA			
Reserva p/ Apos. a Conceder	7.340.000,00		7.340.000,00
	7.340.000,00		7.340.000,00
TOTAL GERAL	11.392.000,00	3.794.680,70	7.597.319,30

JORGE SATO
Presidente

ARY DOS SANTOS
Contador C.R.C.-47 - PR.

JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

ATIVO	PASSIVO		
DISPONÍVEL	EXIGÍVEL		
Caixa 99.000,00	Seg. a Repassar 3.487,25		
Banco Est. do Paraná S/A.			
Agência C.C. 47.973,93	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Caixa Econ. Federal 638,10	Res. Exerc. Anterior 4.117.813,96		
Caixa Econ. Federal c/	Neste exercício 6.320.602,73 10.438.416,69 10.441.903,94		
Poupança 319.095,66			
Banco Est. Paraná S/A. c/			
Poupança 4.382.697,40 4.849.405,50			
REALIZÁVEL			
Valores Mobiliários 2.090.000,00			
Emp. Concedidos 3.502.498,44 5.492.498,44 10.441.903,94			
TOTAL GERAL 10.441.903,94	TOTAL GERAL 10.441.903,94		

Reconhecemos a exatidão do presente balanço somando a importância de “dez milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e três cruzeiros e noventa e quatro centavos”.

JORGE SATO
Presidente

ARY DOS SANTOS
Contador C.R.C. - 47 - PR

JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
ORÇAMENTO DA RECEITA E SUA EXECUÇÃO
EXERCÍCIO DE 1976

TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇAS	
			PARA MAIS	PARA MENOS
RECEITAS CORRENTES Renda de Juros	Cr\$ 300.000,00	Cr\$ 1.580.549,90	Cr\$ 1.280.549,90	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES Transf. de Assembléia	Cr\$ 3.080.000,00	Cr\$ 3.529.118,90	Cr\$ 449.118,90	
RENDA DE CONTRIBUIÇÕES Renda de Contribuições	Cr\$ 8.000.000,00	Cr\$ 1.533.629,60		Cr\$ 6.466.370,40
RENDAS DIVERSAS Rendas Eventuais	Cr\$ 12.000,00	Cr\$ 129.985,03	Cr\$ 117.985,03	
TOTAL GERAL	Cr\$ 11.392.000,00	Cr\$ 6.773.283,43	Cr\$ 1.847.653,83	Cr\$ 6.466.370,40

JORGE SATO
Presidente

ARY DOS SANTOS
Contador C.R.C. - 47 - PR

JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1976

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS	
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES	
Renda de contribuição	Cr\$ 1.533.629,60		Despesas de custeio	Cr\$ 452.680,70
Renda de transferências	Cr\$ 3.529.118,90			
Rendas diversas	Cr\$ 129.985,03		RESULTADO PATRIMONIAL	
Renda de Juros	<u>Cr\$ 1.580.549,90</u>	<u>Cr\$ 6.773.283,43</u>	Verificado no Exercício	<u>Cr\$ 6.320.602,73</u>
TOTAL GERAL		Cr\$ 6.773.283,43	TOTAL GERAL	Cr\$ 6.773.283,43

JORGE SATO
Presidente

ARY DOS SANTOS
Contador C.R.C. - 47 - PR

JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro

CONTA DE RESULTADO ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

DIVERSOS		DIVERSOS	
RESULTADO GERAL		RESULTADO GERAL	
Renda de Contr.		Seguros — saldo desta conta	83.860,00
Saldo de Conta	1.533.629,60	Encargos Diversos — saldo desta conta	35,31
		Publicidade — saldo desta conta	1.500,00
Renda de Transferências		Aposentadorias pagas — saldo d/conta	350.187,14
Saldo de conta	3.529.118,90	Mat. de Consumo — saldo d/conta	1.000,00
		Desp. de Viagem — saldo d/conta	6.098,25
Rendas Diversas		Serviços Terceiros — saldo d/conta	10.000,00
Saldo de conta	129.985,03		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Renda de Juros		Pelo resultado obtido no exercício	6.320.602,73
Saldo de conta	1.580.549,90		6.773.283,43
	6.773.283,43		

JORGE SATO
Presidente

ARY DOS SANTOS
Contador C.R.C. - 47 - PR

JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os abaixo assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, FEPPA, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a conta de Resultado Geral e demais documentos relativos ao exercício de 1976, encontraram tudo na mais perfeita ordem, pelo que recomendam a sua aprovação à Assembléia Geral.

Curitiba, em 24 de março de 1977.

(aa) GILBERTO REZENDE DE CARVALHO
DOMÍCIO SCARAMELLA
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
AGUINALDO PEREIRA LIMA